

Ofício **GP/DL/0104/2018**

Florianópolis, 20 de março de 2018

Excelentíssimo Senhor
DEPUTADO RODRIGO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília - DF

PL 9463/18

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência cópia da Moção nº 0046.7/2018, aprovada na Sessão Plenária do dia 20 do corrente mês, de autoria do Senhor Deputado Cesar Valduga, solicitando pela imediata suspensão da tramitação do Projeto de Lei nº 9.463/18, que “Dispõe sobre a desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e a Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973”.

Atenciosamente,

Deputado **ALDO SCHNEIDER**
Presidente

Secretaria-Geral da Mesa SEPNO 06/abr/2018 15:11

Ponto: 2648 Ass.: 

At: 

224234



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE SANTA CATARINA**

APROVADO EM SESSÃO
de 20/03/de 2018

PROVIDENCIE-SE

SECRETÁRIO

MOÇÃO MOC/0046.7/2018

O signatário, com base no art. 195 do Regimento Interno deste Poder, considerando que:

- a Constituição Federal de 1988 estabelece a soberania nacional e a redução das desigualdades regionais e sociais como princípios gerais da atividade econômica em nosso país. Em seguida, o art. 173 da Carta Magna prevê que "a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo";

- foi com base nesse arcabouço constitucional que as empresas estatais do setor energético brasileiro consolidaram-se como importantes propulsoras do desenvolvimento econômico do país, com forte participação em nosso Produto Interno Bruto (PIB);

- não foi à toa que empresas estatais do setor energético – como a Petrobras e a Eletrobras – transformaram-se em verdadeiros patrimônios do povo brasileiro;

- tem sido amplamente denunciado e alarmado pelos meios de comunicação que Michel Temer, o atual Presidente da República, anunciou a intenção de privatizar a Eletrobras, uma das maiores empresas de energia do mundo e líder do setor na América Latina;

- o sistema Eletrobras tem valor patrimonial avaliado em R\$ 400 bilhões, receita líquida R\$ 60 bilhões e lucro líquido de R\$ 3,5 bilhões;

- o patrimônio da Eletrobras é constituído por 47 hidrelétricas, 114 termelétricas, 69 usinas eólicas e duas usinas nucleares. Possui 70 mil km de linhas de transmissão e detêm 10% do mercado de distribuição. Só as hidrelétricas têm potencial instalado de 41 mil *megawatts*;

- a expectativa do governo é "arrecadar" apenas e tão somente R\$ 20 bilhões com a venda das ações da empresa. Esse montante é irrisório e gravemente lesivo ao erário, à soberania nacional, ao interesse público, ao projeto de desenvolvimento nacional e corresponde, apenas, a 5% do seu valor real pecuniário, sem considerar os outros impactos;

- esse montante representa pouco mais que a metade do valor da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, que custou R\$ 30 bilhões e representa cerca de um terço da receita líquida anual da estatal, que ultrapassa os R\$ 60 bilhões;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
CONFERE COM O ORIGINAL

Mat. nº. 2115 8 - 2013/18



- a energia é um produto estratégico para o país e não uma mera mercadoria. O processo de privatização coloca em risco a segurança do setor elétrico e a economia nacional, trazendo consequências terríveis para a sociedade, como o aumento da tarifa e exclusão de uma parcela da população sem condições financeiras;
- caso o movimento do governo avance, serão entregues ao capital estrangeiro mais de 270 subestações e seis distribuidoras de energia instaladas nos estados do Piauí, Acre, Roraima, Amazonas, Rondônia e Alagoas;
- nos países desenvolvidos como EUA, China e Canadá, a geração e a transmissão de energia elétrica são vistas como áreas estratégicas, eventualmente, protegidas até por forças militares;
- em 2016 a empresa estatal chinesa State Grid, que já é uma das maiores empresas privadas de energia do Brasil, tentou comprar 50,4% da estatal Australiana Ausgrid, o que foi rechaçado pelo governo local por razões estratégicas;
- a venda de empresas estratégicas para o desenvolvimento nacional foi duramente rechaçada nas urnas e no plano de governo vitorioso;
- participar da vida política do país, ter consciência de que possui direitos e deveres, configura, em sentido amplo, atributos da cidadania.
- exercer a cidadania, implica em uma busca constante do razoável e do proporcional, por maior participação popular nos governos, pela afirmação e efetividade dos direitos humanos e fundamentais, para que uma sociedade utilize-se da soberania popular como forma de dirigir seu próprio destino;
- recente levantamento feito pelo Datafolha, sete em cada dez brasileiros são contra à privatização de estatais, sendo que a maioria (67%) dos entrevistados também vê mais prejuízos do que benefícios na venda de companhias brasileiras para grupos estrangeiros;
- praticamente todos os recortes sociais analisados pelos pesquisadores opõem-se às privatizações, tanto por região, como sexo, escolaridade, preferência partidária e aprovação à gestão do presidente Michel Temer;
- a anunciada liquidação a preço irrisório do sistema energético nacional frauda os princípios fundamentais de Estado Democrático e de Direito: soberania, cidadania, construção de uma sociedade livre, justa e solidária, garantia do desenvolvimento nacional, erradicação da pobreza e marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais; e
- a legitimidade dos atos proferidos por agentes políticos são válidos quando praticados em conformidade com os princípios e regras consagrados na Constituição Federal,

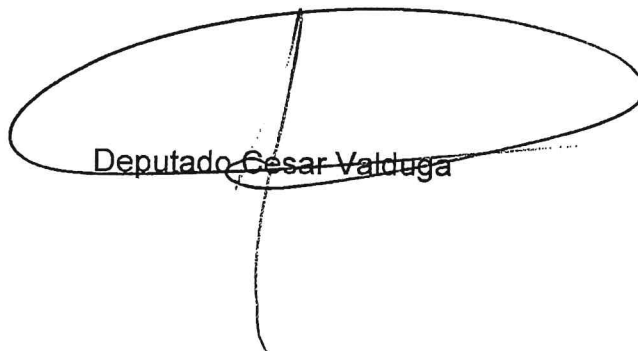
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
CONFERE COM O ORIGINAL
Mat. nº. 2115 e - 2013/18



REQUER o encaminhamento de **MOÇÃO** ao Presidente da República, ao Ministro de Minas e Energia, aos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, à Comissão Especial que irá analisar o projeto de privatização e desnacionalização da Eletrobras (PL 9463/18), à Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Elétrico, à Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional, à Bancada Parlamentar Catarinense (com cópia à Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), à Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil (INTERSUL), ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis (Sinergia), ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Sul do Estado de Santa Catarina (SINTRESC), ao Sindicato dos Eletricitários do Norte de Santa Catarina (SINDINORTE) e ao Sindicato dos Trabalhadores Eletricitários do Vale do Itajaí (SINTEVI)) nos seguintes termos:

"A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ACOLHENDO PROPOSIÇÃO DO DEPUTADO CESAR VALDUGA, LÍDER DO PCdoB, APELA A VOSSA EXCELÊNCIA A IMEDIATA SUSPENSÃO DA TRAMITAÇÃO DO PL Nº 9463/18, QUE TEM POR OBJETIVO A PRIVATIZAÇÃO E A DESNACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO BRASILEIRO. ATENCIOSAMENTE, DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - PRESIDENTE"

Sala das Sessões,



Deputado Cesar Valduga

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
CONFERE COM O ORIGINAL

Mat. nº. 2115 P. 2013/18

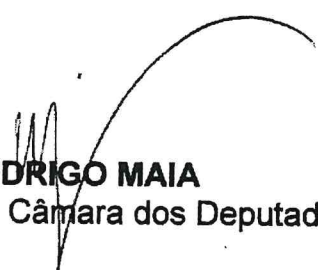


PRESIDÊNCIA/SGM

Ofício GP/DL/0104/2018, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Manifestação contrária ao Projeto de Lei n. 9.463/2018.

Em 11/04/2018

Encaminhe-se, por cópia, à Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 9463, de 2018, do Poder Executivo, que *"dispõe sobre a desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e a Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973"*. Publique-se.



RODRIGO MAIA

Presidente da Câmara dos Deputados

